

folha do MP

Órgão de Comunicação da AMPEB - Associação do Ministério Público da Bahia



Novas faces para o MP

Ampeb dá as boas vindas aos recém-ingressos

Duas turmas de promotores de Justiça vêm dando novos ares à atuação do Ministério Público baiano. Foram 49 recém-ingressos em 2011 e 22 que ingressaram na instituição em fevereiro último. A Ampeb deu as boas vindas em confraternizações específicas, fornecendo o brasão e abrindo as portas da entidade para acolhida dos que chegaram. Este é um dos flashes da seção Retrospectiva desta edição da Folha do MP. Veja ainda: Confraternização 2011. Pág. 17.



Ampeb em Ação

Vitória no CNJ acaba exclusividade no acesso a Fórum

Acolhendo proposição da Ampeb, Conselho Nacional de Justiça determina que elevadores do Fórum Criminal de Sussuarana sejam compartilhados por membros de carreira jurídica. Leia mais sobre os atos da Ampeb na pág. 4.

Conamp com nova diretoria

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público está com novo corpo diretivo. A posse solene foi no último mês de Maio, quando a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, assumiu a 1ª vice-presidência. Saiba mais na pág. 3.

AMPEB entrevista

O procurador-geral de Justiça da Bahia Wellington César Lima e Silva aceitou convite da diretoria da Ampeb para ser o entrevistado desta edição. Nesta entrevista exclusiva, fala sobre os planos para a gestão que acaba de iniciar e faz um balanço da que finalizou. Leia na pág. 7.



Agenda Nacional



Confira as ações que a Ampeb está acompanhando nacionalmente através da Conamp, como é o caso da mobilização contra a chamada PEC da Impunidade. Confira na pág. 2.



Editorial

Prezados Associados,

Completa-se o primeiro ano de nossa gestão. Tem sido motivo de grande honra para nós dirigir a Ampeb, entidade que, pouco a pouco, vem se destacando, não apenas no Estado da Bahia, mas também nacionalmente, por sua luta diuturna em defesa de prerrogativas e direitos de seus associados e pela oferta variada de serviços. E às vezes nem nos damos conta disso...

Nesse primeiro ano, que passou tão depressa, a Ampeb fez ouvir a voz de seus associados em Brasília, obstando no CNJ tentativas esdrúxulas de menoscabo a prerrogativas dos membros do MP, assegurando no CNMP a realização do democrático e isento debate entre os candidatos a PGJ, defendendo e obtendo êxito em grande número de processos fiscais na CARF, acompanhando a tramitação de inúmeros projetos de lei no Congresso Nacional etc. Nos notabilizamos por nossa luta aguerrida, sem descomedimentos, e temos merecido o respeito das instituições nacionais e estaduais.

Por outro lado, o papel social da Ampeb não tem sido olvidado. Desgarrados de visões canhestras, temos ampliado e melhorado a prestação de serviços aos nossos associados, sendo prova disso a reforma do gabinete dentário móvel, as melhorias de equipamentos e aperfeiçoamento da gestão do Sítio São Paulo e a reedição da campanha de vacinação para idosos.

As propostas aprovadas pela classe por ocasião da escolha da nova diretoria têm sido fielmente prestigiadas: a comunicação da Ampeb foi aprimorada com o uso das redes sociais, realizamos várias Assembléias Gerais para discussão de temas

importantes e a reforma do Estatuto caminha para conclusão, tendo a comissão de trabalho apresentado anteprojeto que será submetido à apreciação da classe no próximo dia 17/08.

A independência e respeito recíprocos tem pautado a relação com a Administração Superior do MP/BA. Na posse do corregedor-geral, externamos a preocupação dos colegas com os inúmeros relatórios funcionais demandados com frequência e, em visita ao procurador-geral ou por expedientes formais dirigidos a Sua Excelência, requeremos o cumprimento da promessa de pagamento retroativo do auxílio alimentação, sem descuidar do pleito do pagamento da PAE dos aposentados (que já tem sido realizado pelo TJ/BA aos magistrados inativos), do reconhecimento do nosso direito a auxílio moradia e da atuação efetiva junto à Assembléia Geral para dar andamento ao projeto da gratificação por substituição.

Essa é a nossa Ampeb, construída a cada dia, fruto de nossas contribuições e, sobretudo, de nosso espírito associativo, agora fortalecido com o ingresso dos novos associados das turmas de 2011 e 2012, aos quais renovamos votos de boas vindas!

No próximo ano de gestão intensificaremos nossas ações, realizando uma magnífica festa de confraternização no dia 08/12, encontros pelo interior e muito mais ...

Avante !!


Norma Cavalcanti
Presidente da AMPEB

A FOLHA DO MP é um órgão informativo da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB. Rua Boulevard América, 59 - Jardim Baiano. Telefax: (71) 3320-2300. CEP: 40050-320 - Salvador - Bahia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Norma Angélica Reis Cavalcanti

Vice-Presidente: Alexandre Soares Cruz

Diretora Secretária: Silvana Brito Suarez

Diretor Administrativo: Fernando Lins Soares

Diretor Financeiro: Wanda Valbiraci Figueiredo

Diretor Cultural: Tiago de Almeida Quadros

Diretor Social: Patrícia Peixoto Mattos

CONSELHO CONSULTIVO

Gilberto Costa de Amorim Júnior

Lygia Jabur Abud

Márcia Rabelo Sandes

Suplente:

Cláudio Jenner de Moura Bezerra

CONSELHO FISCAL

Caio Graco Neves de Sá

Luciano Valadares Garcia

Leandro Marques Meira

Suplentes:

Gilberto Ribeiro de Campos

Manoel da Costa Filho

Oldemar de Azevedo Campelo

Jornalista responsável: Carla Ferreira DRT/BA 1894 • Diagramação e arte-finalização: Arnaldo Miranda
Colaboração: Deiseane Cunha e Alexandre Levi • Fotografia: Enos Ribeiro
Impressão: Press Color • Tiragem: 1.000 exemplares

folha do MP
expediente

PEC da Impunidade

Uma mobilização contra a chamada "PEC da Impunidade" vem sendo comandada pela Conamp em parceria com a Ampeb e outras entidades do MP do



Brasil. A diretoria, incluindo a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, tem participado de audiências públicas organizadas, em Brasília, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A intenção é barrar a continuidade da PEC nº 37/2011, que prevê a constitucionalidade da realização de investigações criminais exclusivamente às polícias federal e civil. O deputado Lourival Mendes, autor da proposta, já apresentou o cronograma de trabalhos para a tramitação da matéria, que deve ser votada pela Câmara dos Deputados a qualquer momento.

De acordo com o consultor jurídico da Conamp, Emerson Garcia, tal proposta somente irá contribuir para

a impunidade e facilitar casos de corrupção. A entidade alega ser inconstitucional a PEC, uma vez que tanto o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça Superior reconhecem a legalidade da atuação do MP nas investigações criminais, o que contribui, inclusive, para acelerar os tramites processuais e desafogar as delegacias.



Fotos: CONAMP/ASCOM

Diretoria da Conamp é empossada em Brasília

Presidente da Ampeb assume vice-presidência da entidade

Foi realizada no dia 15 de maio, no espaço Unique Palace, em Brasília-DF, a posse festiva da diretoria, conselho fiscal e diretorias regionais da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), eleita para a gestão do biênio 2012/2014. A Bahia está representada na diretoria através da presidente da Ampeb, Norma Angélica Cavalcanti, primeira vice-presidente da Conamp.

Além da posse, durante o evento, foram agraciados, com a Medalha da Ordem do Mérito da Conamp, os ex-presidentes da entidade José Carlos Cosenzo e Marfan Martins Vieira. Os membros da antiga diretoria da entidade também foram homenageados; entre eles, o ex-presidente da Ampeb, Janio Braga, que compôs o conselho fiscal na gestão anterior.



Fotos: CONAMP/ASCOM

Conheça toda a diretoria da Conamp:

DIRETORIA

PRESIDENTE

César Bechara Nader Mattar Júnior

1º VICE-PRESIDENTE

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

2º VICE-PRESIDENTE

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto

SECRETÁRIO-GERAL

Vinícius Gahyva Martins

TESOUREIRO

José Silvério Perdigão de Oliveira

Conselho Fiscal

PRESIDENTE: Rinaldo Reis Lima

VICE-PRESIDENTE: Wanderlei Carvalho da Silva

SECRETÁRIO: Edson Azambuja

MEMBRO: Marcello Souza Queiroz

MEMBRO: Alexandre Magno Benites de Lacerda

Diretorias Regionais

NORTE: Marcelo Lima de Oliveira

NORDESTE: Paulo Rubens Parente Rebouças

CENTRO-OESTE: Alencar José Vital

SUDESTE: Nedens Ulisses Freire Vieira

SUL: Andrey Cunha Amorim



Reunião com Ayres Britto

A Conamp participou de encontro com o presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, em Brasília. O objetivo foi discutir assuntos de interesse do MP e seu trabalho conjunto com o Judiciário. O ministro destacou que uma das prioridades de sua gestão será o julgamento dos processos que têm como foco o combate à corrupção e ressaltou a importância da parceria entre o Judiciário e o MP, garantindo que irá intensificar o trabalho conjunto entre as duas instituições.



CONAMP/ASCOM

CNJ julga a favor da Ampeb e elevador passa a ser de todos

O elevador do Fórum Criminal de Sussuarana, até então privativo dos magistrados, está sendo compartilhado com promotores de Justiça, defensores públicos e membros da OAB. Isto foi possível por conta de decisão tomada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que acolheu o Pedido de Controle Administrativo (PCA) feito pela Ampeb.

O julgamento foi no dia 10 de abril, em Brasília. O Tribunal de Justiça da Bahia se insurgiu contra a decisão perante o Supremo Tribunal Federal. Até o fechamento desta edição, o caso estava sendo analisado pelo ministro Celso de Mello, que solicitou informações ao CNJ sobre a decisão". As informações são da presidente da associação, Norma Cavalcanti, e do advogado da mesma, Manoel Pinto, que estiveram presentes no local na data do julgamento do PCA.

O CNJ determinou ainda que seja celebrado um acordo entre o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) para o fornecimento de vagas no estacionamento do local para os membros do MP, devido às dificuldades de acesso ao edifício. A questão do assento do promotor, ao lado direito do juiz durante as audiências, não foi apreciada na ocasião, visto que está judicializada no Supremo Tribunal Federal (STF). As decisões do CNJ foram consideradas vitoriosas pela Ampeb.

Além da presidente da associação baiana, estiveram presentes na audiência o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., e o assessor jurídico da entidade, Arestides Junqueira. O representante do MP, o promotor de Justiça Cristiano Chaves, também acompanhou o julgamento.

HISTÓRICO - No final de 2011, uma audiência de conciliação foi realizada na sede da Justiça Federal da Bahia, no Centro Administrativo, para tentar solucionar os impasses apontados no Procedimento de Controle Administrativo (PCA), requerido pela Ampeb e instaurado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contra atos da presidência do Tribunal de Justiça

da Bahia (TJ) junto ao Fórum Criminal de Sussuarana. A decisão de levar a questão ao CNJ foi tomada após reunião realizada pela Ampeb com promotores de Justiça que atuam no local e que vinham se sentindo constrangidos com o acesso privativo a um dos equipamentos destinado apenas para os cerca de 20 juízes que transitam pelo prédio.



Estatuto da Ampeb será atualizado

Comissão quer encerrar os trabalhos em junho

Tudo indica que, até o final do mês de junho, os associados da Ampeb já terão acesso ao novo estatuto da entidade. Até o dia 28 de maio, os membros e integrantes da associação tiveram acesso, por meio de comunicado e divulgação no site oficial da Ampeb, à minuta prévia do novo texto e puderam enviar suas sugestões para o email reformadoestatuto@ampeb.org.br, criado exclusivamente para este fim.

Uma comissão especial foi criada para assumir a tarefa de reformular e atualizar o estatuto da entidade. Participam desta

os promotores Eny Magalhães Silva, Iraíldes Trindade Rocha, Jader Santos Alves e Eugênio Fonseca Miranda, assumindo a coordenação o vice-presidente da Ampeb, Alexandre Soares Cruz. Criada desde março com o propósito de revisar, atualizar e modificar oficialmente o estatuto da Ampeb, a comissão vem seguindo um cronograma de trabalho para melhor direcionar as ações. Todos os associados foram convocados a opinar sobre possíveis alterações, através de e-mail.

"Precisávamos adequar nosso estatuto, que segue sem

alterações desde sua vigoração, aos novos anseios da classe. Nossa previsão é que até o final de junho já tenhamos concluído esta atividade e possamos entregar à entidade um estatuto mais condizente com o nosso tempo", disse o vice-presidente da Ampeb e coordenador da comissão, Alexandre Cruz.

O Estatuto da Ampeb foi criado em 1993 e dispõe sobre a composição e fidelidade da entidade, determinando regras, direitos e deveres aos associados, bem como os rigores das assembleias e sucessões diretórias.

Diretoria visita PGJ

A diretoria da Ampeb fez uma visita de cortesia ao procurador-geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, reconduzido ao cargo para gestão do biênio 2012-2014, no último mês de março.

Na ocasião, foram abordados assuntos como o pagamento da PAE para aposentados, o pagamento retroativo do auxílio alimentação, entre outros temas de interesse da classe. Foi durante a visita que a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, convidou o procurador-geral para ser o entrevistado da Folha do MP nesta edição.



Ampeb consegue vitórias nos julgamentos do IR sobre URV

De dezembro de 2011 a 17 de maio de 2012 mais 40 processos sobre o recolhimento do Imposto de Renda (IR) sobre os proventos derivados das diferenças de Unidade Real de Valor (URV) foram julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em Brasília.

Deste total, 13 foram totalmente providos, tendo o conselho acatado a tese defendida pelo advogado da Ampeb, Manoel Pinto, afastando o pagamento do imposto; 8 foram providos parcialmente, excluindo a multa de ofício de 75%, por erro escusável, bem como retirando a incidência do imposto de renda, sobre os juros de mora, sendo esta mais uma vitória da Ampeb; 17 julgamentos foram suspensos, em decorrência da repercussão geral do RE 614406, que definirá a questão relativa ao modo de cálculo do IR sobre pagamentos acumulados. Um dos casos a turma julgou prejudicado o recurso devido à adesão do contribuinte ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009; já em outro caso, os membros do colegiado acordaram, por unanimidade

de votos, em acolher os embargos e a eles dar provimento para declarar incompetente o colegiado, reconhecendo a nulidade da decisão proferida anteriormente, determinando a devolução do processo para a secretaria para redistribuição, conforme regimento interno do CARF.”

De acordo com a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, a divergência de posicionamento é favorável aos associados da Ampeb. “Buscaremos o reconhecimento da inexistência do débito, utilizando as decisões favoráveis supracitadas. Por isso, os associados devem continuar atentos ao recebimento das notificações das decisões dos processos, porque o prazo do recurso seguinte é de cinco dias”, esclarece a presidente em ofícios enviados à classe, ressaltando que a associação estará presente em todos os julgamentos, em busca de uma uniformização, a fim do reconhecimento do não pagamento do imposto.

O documento também revela os próximos passos a serem tomados em benefícios dos associados: “Os procedimentos a

serem adotados em seguida são a apresentação de embargos de declaração nos processos de parcial procedência, para sanar eventuais inexatidões, omissões ou contradições existentes nos julgamentos, bem como apresentação de recurso especial nos casos em que não forem constatados nenhum desses vícios. Para o julgamento de procedência do recurso aguardaremos a interposição ou não de recurso especial pela Fazenda Nacional”.

Um panorama dos julgamentos da URV à época foi apresentado durante a Assembleia Geral Extraordinária Permanente convocada pela entidade em novembro de 2011, para continuidade das discussões e deliberações sobre a questão. Convidado especial para a assembleia, o professor e doutor Marco Aurélio Greco, na ocasião, ministrou uma palestra abordando o tema “A Ilegalidade da Tributação na URV pelo Fisco Federal” e forneceu parecer, disponibilizado à classe.

Auxílio alimentação

Pautando-se inteiramente na resolução 133 do CNJ, que dispõe sobre a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público, a presidência da Ampeb encaminhou ao Procurador-Geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva, no último dia 30 de março, ofício requerendo reajuste do auxílio alimentação. Além disso, pediu o reconhecimento do direito à percepção do benefício, com pagamento imediato, retroativo a 1º de janeiro de 1993, assim como tem ocorrido com outras categorias, a exemplo do TJ-BA. Até o momento não obteve respostas.

PAE para inativos

A fim de assegurar a histórica paridade vencimental entre as carreiras, a presidente da Ampeb, Norma Cavalcanti, requereu ao procurador-Geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva, através de ofício, o pagamento das Parcelas Autônomas de Equivalência (PAE) aos procuradores e promotores de Justiça inativos do Ministério Público do Estado da Bahia, referentes ao período de setembro de 1994 a setembro de 2001, conforme vem sendo pago aos membros da ativa, como está procedendo o Tribunal de Justiça da Bahia. Também são reivindicações constantes junto ao PGJ a divulgação do plano de pagamento para quitação total do débito, bem como a confirmação dos valores de todas as parcelas pendentes, e as providências necessárias para a viabilização dos financiamentos, a exemplo da realização de convênios junto aos respectivos agentes financeiros.”

Assembleia Extraordinária

A Associação do Ministério Público da Bahia (Ampeb) realizou no último dia 25 de maio, uma Assembleia Geral Extraordinária no auditório da sede do Ministério Público, na Av. Joana Angélica,

em Nazaré. Contando com a participação do advogado da associação, Manoel Pinto, em pauta estiveram discussões sobre questões relativas ao Plantão Judiciário (critério de definição de

escala, compensação, estrutura de trabalho, participação de servidores, segurança, matérias objeto de atuação ministerial e outros); verba de substituição e mútua.



Portal Transparência

O Portal Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) continua no ar disponibilizando informações a respeito da gestão administrativa, como a utilização dos bens e recursos públicos. Através do site do CNMP, o cidadão pode acessar o portal, analisar seu conteúdo e até sugerir mudanças de rumo. Links para os portais da transparência de todas as unidades do Ministério Público brasileiro também estão disponibilizados. Não é necessária realização de cadastro e senha para utilização da ferramenta. No portal da Transparência do MP-BA, além das informações sobre a gestão administrativa, o servidor também pode acessar quadro de plantões de atendimentos fora do expediente ordinário e consultar a natureza dos benefícios concedidos à classe.

Direto do CNMP

Banco de Dados

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) está preparando um Banco de Projetos e Programas Desenvolvidos pelo Ministério Público de todo o país. A ideia é concentrar as ações desenvolvidas em cada unidade do MP em uma única plataforma e compartilhar as informações com toda a unidade. O projeto encontra-se em fase de adaptação ao sistema de informática do CNMP para que possa ser acessado por todos os membros do MP do Brasil logo em breve.

Taxonomia

O Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas do Ministério Público está preparando uma ferramenta que deve facilitar o conhecimento e a medição do trabalho realizado judicial e extrajudicialmente: as tabelas do CNMP. O objetivo é permitir a catalogação e a classificação padronizada de procedimentos e de manifestações dos membros, conforme estabelece a Resolução CNMP no. 63 de 2011. O projeto já está em fase de revisão e pode ser acessado através do portal do CNMP.

Inspeção

A Bahia será um dos cinco estados que receberão uma equipe da Corregedoria Nacional em 2012. A informação foi dada pelo corregedor nacional do Ministério Público, Jeferson Coelho, no último dia 21 de março. A intenção é verificar a regularidade da atuação dos procuradores e promotores do Estado, bem como

o cumprimento dos prazos processuais, das determinações legais e das resoluções do CNMP, além de aspectos relacionados à gestão administrativa, envolvendo a legalidade de licitações e contratos. As datas das visitas ainda não foram publicadas.

AMPEB entrevista



Humberto Filho/ASCOM - MPBA

Wellington César Lima e Silva

Procurador-geral de Justiça

Natural de Salvador, Wellington César Lima e Silva tem 46 anos e ingressou no Ministério Público em 1991. Começou a carreira como promotor atuando no interior da Bahia, nas comarcas de Itagimirim, Tucano e Feira de Santana. Retornou à capital baiana em 1995, quando assumiu a 6ª Vara Crime e a Central de Inquéritos.

Doutor em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Pablo Olavide-Sevilla, na Espanha, foi eleito procurador-geral de Justiça pela primeira vez em 2010 e acaba de ser reconduzido ao cargo por mais dois anos. Otimista e confiante, o PGJ conversou sobre os feitos realizados no primeiro mandato e os desafios da nova gestão.

1) O que significou para o senhor assumir a frente do Ministério Público (MP)?

Assumir a chefia institucional nessa oportunidade da recondução é uma honra, sobretudo pelo que significa em termo de confiança por parte da categoria — que mais uma vez inseriu o meu nome na lista tríplice para procurador-geral de Justiça.

2) O senhor foi reconduzido e assume o segundo mandato no MP. Quais as prioridades dessa nova gestão? Quais os desafios para cumpri-las?

A prioridade fundamental deve ser sempre perseguir o interesse público, tornando a instituição cada vez mais sintonizada com as expectativas da sociedade. Como decorrência desse compromisso, obviamente que áreas carentes de uma intervenção do Ministério Público devem merecer — como sempre mereceram — a devida atenção. Nesse caso, temos as áreas do meio ambiente, consumidor, criminal (com ênfase na preocupação com a segurança pública) e também os domínios da saúde e da educação.

3) Em sua opinião, qual foi a principal realização de sua gestão anterior?

Na primeira gestão, nós tivemos um vasto repertório de realizações. Em um esforço de síntese, destacamos a oportunidade de inaugurar a funcional sede administrativa do Ministério Público no Centro Administrativo da Bahia (CAB), iniciada na gestão do colega Livaldo Britto e por nós concluída; a realização de concurso público para servidores, com a convocação de mais de 400 aprovados; a realização de concurso para provimento da vaga de promotor substituto, com a posse de número superior a 70 promotores; a estruturação de um planejamento estratégico de longo prazo; e a criação de três novos Centros de Apoio na área de Saúde, Segurança Pública e Educação, em perfeita consonância com a avaliação dos especialistas e da população.

4) Qual a sua avaliação sobre os possíveis impactos que a recente elevação de entrância de algumas promotorias de Justiça (PJ) poderá trazer à carreira dos membros do MP da Bahia?

A minha avaliação é de que o impacto tem saldo extremamente positivo porque atende a uma expectativa de grande número de colegas, que nutria o sonho de poder permanecer em suas regiões prediletas e, ao mesmo tempo, progredir funcionalmente na carreira. Obviamente que alterações desse porte sempre reclamam algum esforço de adaptação, mas o benefício produzido indubitavelmente é muito superior ao esforço exigido.

5) A criação de PJs regionais trouxe avanços? Como o senhor avalia o modelo?

Esse modelo precede a nossa gestão, uma vez que foi inaugurado pelo colega Livaldo Britto, e significa um avanço no que diz respeito a investir em uma especialização cada vez maior na instituição, bem como possibilita estratégias uniformes e sistêmicas para as áreas envolvidas, além de aumentar a capilaridade do Ministério Público em todas essas localidades.

6) A criação das promotorias regionais de combate à sonegação fiscal já trouxe algum reflexo positivo em relação à melhoria da arrecadação fiscal do Estado? Já foi feito um balanço sobre esta atuação?

Essa atuação ainda se encontra em um estágio inicial, de modo que seria precoce esperar uma alteração significativa num orçamento de bilhões de reais. Todavia, a articulação institucional neste setor propiciou inegável avanço na estruturação do sistema de arrecadação, na medida em que ajudamos a instituir o Comitê

propiciou inegável avanço na estruturação do sistema de arrecadação, na medida em que ajudamos a instituir o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA),

Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), viabilizado por força de decreto recentemente assinado pelo governador do Estado, o que certamente possibilitará, a partir de agora, um efetivo incremento na arrecadação através da ação coordenada de todos os atores dessa área sistêmica.

7) Como o senhor vê a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)?

A atuação do Conselho Nacional do Ministério Público significa importante avanço no modelo de controle das instituições e também um aprofundamento da prática republicana no sistema de Justiça brasileiro.

9) O MP da Bahia foi um dos sorteados pelo CNMP, entre todos os MPs do país, para inspeção. Em sua opinião, a instituição está preparada para receber a visita deste colegiado?

Toda instituição deve pautar a sua atuação cotidiana em consonância com os parâmetros estabelecidos pelos seus respectivos órgãos de controle, e, por outro lado, deve buscar permanente adequação e aperfeiçoamento de inconsistências eventualmente existentes.

8) Como aperfeiçoar os critérios de aferição de merecimento para promoções e remoções de membros do MP? A PGJ/BA encaminhou ou pretende encaminhar sugestões a esse respeito ao CNMP ou mesmo ao Conselho Superior do MP da Bahia?

O aperfeiçoamento dos critérios de promoção e remoção deve decorrer de um amplo debate com a classe, através de detalhada pesquisa de outros modelos bem sucedidos,

e deverá ser objeto de consideração por esta administração num futuro breve, com o intuito de sempre encaminhar as soluções que animam a maioria da categoria.

10) Quais as providências mais necessárias para o aperfeiçoamento do MP da Bahia?

O aperfeiçoamento institucional é uma tarefa que deve ser cumprida cotidianamente através da revisão dos seus expedientes, práticas e rotinas administrativas. Além disso, deve ser objeto de reflexão, a médio e longo prazo, por meio de conclusões obtidas no bojo do seu planejamento estratégico.

11) Quais as medidas tomadas pela Procuradoria-Geral de Justiça para a aprovação da lei que institui e regulamenta o pagamento das substituições? Há alguma previsão para entrar na pauta da Assembleia?

No décimo quarto dia do primeiro mandato, enviamos o projeto em tela para a Assembleia Legislativa, e, assim como a Ampeb, já fizemos e faremos novas gestões a fim de sensibilizar o legislativo baiano para acolher pleito tão justo e merecido da nossa instituição, de modo que o nosso projeto seja inserido em pauta o mais breve possível.

12) Que alterações o senhor pontua como primordiais para a lei orgânica estadual do MP baiano?

Nós instituímos, na gestão passada, uma comissão com o propósito de produzir um texto inicial, bem como de recolher sugestões apresentadas pelos colegas, por intermédio da internet e de outros meios de colaboração, e de propostas de emenda aditivas, supressivas e modificativas da atual legislação. Vamos reiniciar esse trabalho, mantendo contato

permanente com a nossa entidade de classe e com toda categoria, a fim de que cheguemos a um perfil adequado de renovação e atualização da nossa Lei Orgânica, que, naturalmente, com o decurso do tempo, passou a reclamar algumas alterações.

13) Como o senhor vê o papel da Conamp e da Ampeb enquanto órgãos associativos classistas?

A CONAMP tem um papel extraordinário na defesa dos direitos e das prerrogativas do Ministério Público brasileiro, conduz um belo trabalho no acompanhamento legislativo das propostas de interesse da nossa instituição, bem como trata de muitos outros temas de interesse institucional. A Ampeb, bem com as demais entidades estaduais, procura reproduzir papel semelhante no âmbito local, a fim de sempre defender os interesses da corporação, quer seja dos membros ativos ou dos aposentados.

14) Em sua visão, qual o papel e quais as perspectivas do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais?

O papel do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE) é discutir políticas de interesse do Ministério Público brasileiro, uma vez que ali estão congregados todos os procuradores-gerais de Justiça dos Estados, bem com dos Ministérios Públicos da União, Federal, Militar e do Trabalho, a fim de que a visão das chefias institucionais possa colaborar para o aprimoramento das nossas práticas institucionais.

15) De acordo com dados publicados na imprensa, a taxa de homicídios aumentou na Bahia. A que o senhor atribui este crescimento? O que o MP está fazendo para reduzir estes índices?

O Ministério Público, assim como toda a sociedade baiana, está atento ao desenrolar da problemática da segurança pública no estado. Nesse sentido, criamos no parquet baiano um Centro de Apoio nessa área, assim como o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (CISP), e estamos desenvolvendo diuturnamente numerosas ações de cooperação, de fiscalização e de cobrança e acompanhamento desse setor, a fim de contribuir na identificação das causas e interferir no sentido de operar uma expressiva redução desses índices por intermédio de nossa ação institucional.

16) Como o senhor vê o papel da mídia em relação ao MP?

A mídia, assim como o Ministério Público, desempenha papel fundamental na dinâmica de uma sociedade complexa, diversificada e plural, como é a sociedade brasileira contemporânea. Por isso, devem guardar entre si um vínculo de cooperação permanente, visando sempre o esclarecimento adequado da população e perseguindo o interesse público.

17) Qual a sua avaliação para as próximas eleições municipais com a aprovação da Lei da Ficha Limpa?

A introdução da Lei da Ficha Limpa significa mais um passo na depuração do sistema de controle e transparência da vida pública, que infelizmente verifica-se de forma pontual, em face da não ocorrência ainda em nosso país de uma reforma política ampla, capaz de reestruturar as principais práticas em termos eleitorais no país.

18) O que a classe pode esperar de sua recondução?

Muito empenho, muita dedicação e muito trabalho de toda a nossa equipe.

NOVOS Convênios

Pensando no bem-estar e conforto dos associados e sócios-contribuintes, a Ampeb ampliou sua lista de convênios para melhor atendê-los. As novas parcerias incluem descontos nas áreas de educação, saúde, turismo e muito mais. Confira abaixo a relação dos novos convênios:

CAMILA BARRETO BONFIM

Psicóloga.
Sede: Rua Alceu Amoroso Lima, 688, Caminho das Árvores, Ed. América Towers, sala 310 - Salvador-BA.
Tel.: (71) 9129-7032

GABRIEL BRAGA SANTOS

Psicanalista e especialista em psicologia clínica e saúde mental.
Rua Alceu Amoroso Lima, Caminho das Árvores, nº668, Ed. América Towers, SL 401. Salvador-BA
Tels: (71) 8705-6064

JAMILE BITTENCOURT CHASTINET / CAIO PEREIRA GOTTSCHALK MORAIS

Psicólogos – Mestres em diagnóstico e reabilitação neuropsicológica.
Rua Alceu Amoroso Lima, 688, Caminho das Árvores, Ed. América Towers, sala 310 - Salvador-BA.
Tel: (71) 9660-5800 / 9177-7404

YOLANDA ALMEIDA

Designer de Interiores
Av. Antônio Carlos Magalhães 3259, Centro Empresarial Aurélio Leiro, sala 1001, Iguatemi - Salvador – BA.
Tels: (71)3359-9998/ 9985-9998

COLÉGIO SÃO PAULO

Desconto 15%. Contato: Antonio Jorge Santos.
Rua Luiz Portela da Silva, 628 - Itaipara
Tel: (71)2107-4600 / 4656

DYNAMIC EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA

Contato: Sr. Pablo Campos
Av. Tancredo Neves, 1485, Ed. Esplanada Trade Center, SL. 207 - Caminho das Árvores.Salvador-BA
Tels: (71)3012-6553/ 3012-6554 8133-9225

ESCOLA RECANTO DE VIVER

Contato: Sra. Valeria Escariz
Alameda Framboesas, 182 - Caminho das Árvores, Salvador - BA.
Tels: (71)3341-0586

FLEX FOOD-CONSULTORIA NUTRICIONAL

Contato: Sra. Carine Neri e Tanie Oliveira.
Avenida Tancredo Neves, 939, Edf. Esplanada Tower, SL. 907 – Caminhos das Árvores, Salvador – BA
Tels: (71)9108-4759/9108-4708

TAISE ALVES MOREIRA

Arquiteta
Alameda Espatódeas nº322-A, Caminho das Árvores. Salvador- BA,
Tel: (71) 9212-7725

IN DESIGN

Venda de móveis e acessórios de decoração.
Alameda das espatodeas, nº 322 – Caminho das Árvores – Salvador-BA
Tels: (71) 3271-3541/3271-3265 3341-5404

VILLA GALÉ

Condição especial ofertada aos beneficiários da AMPEB é o desconto de 5% sobre a tarifa BAR, ou seja, melhor tarifa disponível no site da Rede Vila galé Brasil (www.vilagalé.com.br), no momento da reserva em todos os 6 hotéis da Rede no Brasil.

ESCOLA RECANTO DE VIVER

Contato: Sra. Valeria Escariz
Alameda Framboesas, 182 - Caminho das Árvores, Salvador - BA, Salvador/BA.
Tels: (71)3341-0586

COLÉGIO ANCHIETA

Desconto: 15% no turno vespertino.
Sede: Pituba / Itaipara
Tels: 2107-9500 / 2107-9000

COLÉGIO CÂNDIDO PORTINARI

Desconto: 15% (até data do vencimento, nos turnos matutino e vespertino).
Contato: Tarcísio
Rua Adelaide Fernandes da Costa, 487 – Costa Azul

COLÉGIO GREGOR MENDEL

Desconto: 15% a partir da 2ª mensalidade nas unidades da Pituba e Itaipara.

ESCOLA GURILANDIA

Contatos: Sr. Eduardo Araujo
Rua Senta Pau, nº 97– Ondina Salvador/BA
Tel: (71)3015-6595 (Financeiro)

COLÉGIO INTEGRAL

Contato: Eliane Mariath
Desconto: 20%.
Rua Fernando Menezes de Góes, 570, Pituba
Tel: (71) 2101 5000

ESCOLA GIRASSOL

Educação Infantil. Desconto: 10% (turno vespertino e Matutino do Ensino Fundamental) e 15% (no turno vespertino).
Contato: Ilda, 384 – Itaipara
Tel.: 2109-6736

ISBA – INSTITUTO SOCIAL DA BAHIA

Desconto: 20%
Contato: Manuela
Rua Macapa, 128 – Ondina
Tel: (71)4009-3619

SARTRE

Desconto de 10% no turno vespertino e 20% e desconto no ensino grupo 2 da educação infantil à 3ª série do ensino médio.
Rua da Graça, 95, Graça
Tel.:(71) 3358-1688

Anuncie na

revista
ampeb
& **voce**

Entre em contato pelo telefone

71 3321-2300

ou pelo e-mail: ampeb@ampeb.org.br

- **Agostinho Mattos Filho** - procurador de Justiça aposentado e associado
- **Antonietta Bacelar Bitencourt** - genitora da promotora de Justiça e associada Ana Paula Bacelar Bitencourt
- **Edson Alves dos Santos** - procurador de Justiça aposentado e associado
- **Manoelito Teixeira** - genitor da promotora de Justiça e associada Márcia Regina Teixeira
- **Newton Ferreira Pontes** - promotor de Justiça aposentado e associado
- **Rui Gomes Sanches** - genitor do promotor de Justiça e associado Rui Gomes Sanches Júnior.

KATIAPLAVADESIGN

Em casa ou no mundo virtual a violência é real

AJUDE A COMBATER A
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

**Denuncie
DISQUE 100**

Faça parte da nossa rede e compartilhe essa ideia.
www.mp.ba.gov.br @disque100 disque100

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Ampeb participa de posse do novo corregedor-geral do MP



O vice-presidente da Ampeb, promotor de Justiça Alexandre Cruz, representou a Ampeb na cerimônia de posse do procurador de Justiça Franklin Ourives Dias da Silva ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público da Bahia, realizada na sede do MP, no Centro Administrativo da Bahia. O evento aconteceu no dia 9 de maio.

Compondo a mesa solene, o vice-presidente da associação deu as boas vindas ao novo chefe da Corregedoria ressaltando que, impulsionado por sua disposição ao serviço institucional e pela vontade do Colégio de Procuradores de Justiça, este recebe mais uma vez a missão de ser o orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público da Bahia.

“À frente da Corregedoria – Geral, vossa excelência se reencontrará com as diversas unidades, da capital e do interior, que, ontem e hoje, fazem o Ministério Público acontecer na prática, realizando o seu papel constitucional”, saudou Alexandre Cruz, reforçando que a associação está à disposição do novo corregedor, a fim de colaborar para uma gestão plena de êxitos e fiel aos preceitos constitucionais e legais.

Em seu discurso, o vice-presidente elogiou ainda a forma correta, firme e predisposta com a qual o procurador de Justiça Aivaldo Guimarães Cidade, que se despede da chefia do órgão, conduziu os destinos da Corregedoria Geral em seus dois mandatos.

Além da Ampeb, prestigiaram a cerimônia o procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva; o procurador-geral do Estado, Rui Moraes, representando o governador Jaques Wagner; o desembargador Edivaldo Rotondano, representando o Tribunal de Justiça; o procurador-chefe substituto da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, Pedro Lino Júnior, entre outras autoridades.



ELEIÇÕES
2012Ampeb atua em defesa da classe
nas eleições à PGJ

Primando pela democracia, associação realiza debate antes das eleições e apoia candidato mais votado pela classe



Estado da Bahia (Ampeb) promoveu um debate entre os seis candidatos ao cargo, no auditório Afonso Garcia Tinoco, na sede do Ministério Público. O encontro aconteceu no dia 24 de fevereiro.

Na ocasião, para assegurar que a Comissão Eleitoral do MP/BA não praticasse qualquer ato impeditivo de realização do debate entre os candidatos, a associação conseguiu uma liminar junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O sorteio da disposição na mesa foi feito pelo mediador e vice-presidente da Ampeb, Alexandre Cruz, e participaram do debate os candidatos: Antônio Sérgio dos Anjos Mendes, Wellington César Lima e Silva, Gilberto Costa de Amorim Júnior, Millen Castro Medeiros de Moura, Paulo Gomes Júnior e Edmundo Reis Silva Filho.

Buscando garantir a democracia e proporcionar aos associados o conhecimento das propostas dos candidatos ao cargo de procurador-geral de Justiça da Bahia para o biênio 2012-2014, a Associação do Ministério Público do



ELEIÇÕES - No dia 27 de fevereiro foram realizadas as eleições. Os três candidatos mais votados e que compuseram a lista tríplice enviada para escolha do governador da Bahia, Jaques Wagner, foram Wellington César Lima e Silva, que obteve a preferência dos membros do MP, com 341 votos, Antônio Sérgio Mendes, com 212 votos, e Gilberto Costa Amorim, com 206. O total de 543 dos 581 procuradores e promotores que atuam na Bahia votou. Houve três votos nulo e um em branco.

A Ampeb, mais uma vez, deu um passo na garantia dos direitos da classe. Em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), enviou uma carta ao governador do Estado, solicitando a nomeação do mais votado, respeitando a vontade dos associados. Wellington César Lima e Silva foi reconduzido ao cargo de procurador geral de Justiça da Bahia, até o ano 2014.



Semana do MP 2011

Homenagens e lançamentos marcaram a cerimônia de abertura



Com o tema 'Os Desafios da Segurança Pública e a Relação do Ministério Público com os Poderes da República', a Semana do Ministério Público baiano, ocorrida na capital baiana no último mês de dezembro de 2011, foi marcada por homenagens aos antigos procuradores-gerais, e lançamentos de campanhas e projetos a serem executados este ano. O procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva, presidiu a cerimônia de abertura, que também contou com a presença da presidente da Ampeb, promotora Norma Angélica Cavalcanti.

Lima e Silva saudou os ex-PGJs Manoel Pereira, Achilles Siquara e Livaldo Britto, que prestigiaram o evento, inaugurando a nova galeria de ex-procuradores-gerais de Justiça da Bahia, que foi transferida da antiga para a atual sede do MP, no Centro Administrativo da Bahia. Para

ele, "uma instituição é feita por sucessivas contribuições generosas, e esse time de progresso histórico reforça a necessidade do valor da solidariedade".

A Assessoria de Comunicação Social da entidade aproveitou a solenidade para apresentar o guia 'Ministério Público e Imprensa: Manual de Relacionamento', que tem por objetivo apresentar dicas de relacionamento com a imprensa. Segundo o PGI, a publicação visa "viabilizar esclarecimentos e sugerir um roteiro sobre a forma mais apropriada de lidar com a mídia", esclarece.

Dois projetos também foram apresentados pelo chefe do Ministério Público. São eles o 'Manual Escola Legal', que traduz o esforço de atuação na área da Infância e Juventude, criado com o apoio do Centro Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca); e peças gráficas da campanha contra

as drogas, veiculada em todo o Brasil e adaptada ao público baiano para um melhor entendimento.

Autoridades importantes no âmbito local e nacional prestigiaram o evento, como a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Brito; os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Bruno Dantas e Jarbas Soares Júnior; o procurador-chefe da Procuradoria da República na Bahia, Wilson Rocha Almeida Neto; o corregedor-geral do MP, Aivaldo Cidade; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Paulo Maracajá e o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP (Ceaf), promotor de Justiça José Renato Oliva de Mattos.



Flashes

Retrospectiva

Confraternização 2011



Encerrando a programação da Semana do MP, a festa de confraternização da Ampeb animou os associados, que se reuniram no Sítio São Paulo, no dia 17 de dezembro. Contagiados pelo espírito abaiano, acompanhados de suas famílias, puderam confraternizar com o som empolgante de Adelmo Casé e banda Negra Cor, que apresentou um repertório rico

em axé, com bases na música eletrônica e no hip hop. Mensagens positivas foram compartilhadas durante toda a festa. No cardápio, elaborado especialmente para a ocasião, os presentes contaram com um espaço japonês e outro de comidas naturais, além das especiarias próprias da época.









Ampeb recepciona nova turma de promotores de Justiça

Um jantar de boas-vindas no restaurante Barbacoa, na Av. Tancredo Neves, marcou a recepção calorosa que a Ampeb fez aos 22 promotores de Justiça recém-empossados no Ministério Público baiano.

Na ocasião, foram entregues a cada um dos novos integrantes suas carteiras de identificação e o brasão da Ampeb. Além deles, marcaram presença no jantar a

presidente e o vice-presidente da Ampeb, os promotores Norma Cavalcanti e Alexandre Cruz, respectivamente, representantes da diretoria e conselhos da entidade, além do procurador-geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva. O encontro aconteceu no dia 29 de fevereiro.



VENCEDORES DO MELHOR TRABALHO JURÍDICO DE 2011- PRÊMIO FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SÁ

1º Lugar – Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz

- Notas sobre a aplicabilidade e a eficácia das normas constitucionais de direitos Sociais.

2º Lugar – Adalto Araújo Silva Júnior

- O princípio da presunção de inocência. Uma abordagem crítica sobre o posicionamento do Supremo Tribunal Federal quanto a impossibilidade de execução de sentença penal condenatória na pendência dos recursos excepcionais e suas repercussões.

3º Lugar – Antônio Luciano Silva Assis

- Tribunal do Júri. Aspectos relevantes. Realidade dogmática, estrutural e ritualística.

Menção Especial:

Mais antigo na carreira- Antônio Luciano Silva Assis

Mais novo na carreira - Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz

Trabalhos vencedores do Concurso Jurídico 2011 são escolhidos

Os trabalhos vencedores nas categorias “Melhor Trabalho Jurídico” e “Melhor Arrazoado Forense”, do Concurso Jurídico de 2011 realizado pela Ampeb, já foram escolhidos pela comissão julgadora. Os prêmios serão entregues aos vencedores em data a ser definida pela Ampeb e divulgada no site da instituição. Na ocasião, um quadro com a

foto do promotor de Justiça, Janio Peregrino Braga, que esteve à frente da instituição durante a gestão do biênio 2009/2011, será inaugurado na galeria dos ex-presidentes da Ampeb.

Confira abaixo a lista dos trabalhos vencedores:

VENCEDORES DO MELHOR ARRAZOADO FORENSE DE 2011- PRÊMIO MARIANA FELÍCIO DOS SANTOS

1º Lugar – Alexandre Lamas da Costa

- Ação Civil Pública, em defesa do patrimônio público, declaratória de inexistência.

2º Lugar – Andrea Borges Miranda Amaral, Luciana Espinheira da Costa Khoury e Paulo César de Azevedo

- Ação Civil Pública, acesso a água em Santa Maria da Vitória.

3º Lugar – Ana Paula Bacellar Bittencourt

- Pronunciamento do Ministério Público-Grendene Sobral S/A

Menção Especial:

Mais antigo na carreira- Ana Paula Bacellar Bittencourt

Mais novo na carreira- Andrea Borges Miranda Amaral e Paulo César de Azevedo

Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP. Cumprimento na Bahia. Aspectos relevantes.



Antônio Luciano Silva Assis
Promotor de Justiça
Coordenador do Núcleo do Júri – NUJ
Gestor da ENASP/MP-BA

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP é o resultado de uma parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça, e tem por finalidade precípua a articulação e o diálogo dos órgãos envolvidos com a segurança pública, reunindo e coordenando ações, além de traçar metas nacionais de combate à violência.

No âmbito da ENASP, temos o Grupo de Persecução Penal que agrega, organiza, fiscaliza e cobra resultados em relação às metas de cunho extraprocessuais e processuais relativas aos crimes de homicídio doloso. Neste momento, e especificamente, vamos tratar da META 2, a saber: Concluir todos os inquéritos policiais e procedimentos que investigam homicídios dolosos e que tenham sido instaurados até 31 de dezembro de 2007.

Na Bahia, temos procurado dar vazão ao cumprimento da META 2, contando, para tanto, com o apoio da Procuradoria Geral de Justiça e da Corregedoria, que não têm medido esforços para viabilizar as condições necessárias para o êxito do trabalho, sendo dignos de registro, a criação da força tarefa no âmbito do nosso Ministério Público, a assinatura de termo de cooperação mútua com a Secretaria de Segurança Pública e a expedição de recomendações, sobretudo para os promotores de Justiça no interior do Estado informar, mês a mês, a produtividade em suas comarcas para preenchimento do INQUERITÔMETRO, ferramenta criada pela Coordenação Nacional do Grupo de Persecução Penal com intuito de acompanhar e informar, em gráficos e números, a produção de cada Estado (www.cnmp.gov.br).

A META 2, na Bahia, tem alcançado relativo sucesso. Por que relativo? Primeiro porque, em números absolutos, a Bahia é o segundo Estado que mais encaminhou inquéritos para a Justiça, atrás, apenas, do Estado do Rio de Janeiro; Segundo, porque, em termos proporcionais, a Bahia tem aproximados

23% da meta cumprida. E o que nos conforta, nesses números, é que, entre os Estados com mais de 80% da meta cumprida, o estoque inicial, em nenhum deles, está acima de dois mil inquéritos, a contrario sensu de Estados como o nosso, em que o estoque inicial é superior a onze mil procedimentos.

Antes, portanto, de adentrarmos nos aspectos relevantes acerca da META 2, ao nosso sentir, dignos de registro, informamos como está a evolução em nosso Estado, tendo como marco os números consignados no INQUERITÔMETRO no início do mês de abril do ano andante. Vejamos:

O levantamento realizado em todo Estado chegou ao expressivo número de 11.536 (onze mil quinhentos e trinta e seis) inquéritos policiais por crime de homicídio doloso, instaurados até 31 de dezembro de 2007, e que estavam sem andamento nas delegacias de Polícia. Agora, com o trabalho realizado, chegamos ao estoque atual de 8.939 (oito mil, novecentos e trinta e nove) inquéritos policiais, e, portanto, contando com uma produtividade de 2.597 (dois mil, quinhentos e noventa e sete) inquéritos, consistentes naqueles apuratórios que foram, efetivamente, encaminhados à Justiça com denúncia e promoção de arquivamento, além daqueles com pronunciamento pela desclassificação e que são, por conseguinte, remetidos às Promotorias de Justiça com atribuição para exame de fundo.

Especificamente, por pronunciamento, foram oferecidas 452 (quatrocentos e cinquenta e duas) denúncias, propostos 2002 (dois mil e dois) arquivamentos e 143 (cento e quarenta e três) pedidos de desclassificação, compondo, por conseguinte, o real quantitativo que saíram das delegacias e após deliberação do Ministério Público, encaminhados para a Justiça. Nesta senda, importa salientar que também foram examinados pelo Ministério Público da Bahia 2.814 (dois mil, oitocentos e quatorze) inquéritos policiais, os quais foram devolvidos às

delegacias de Polícia para cumprimento de diligências, perfazendo, desta forma, o montante de 5.411 (cinco mil, quatrocentos e onze mil) inquéritos policiais que integram a META 2 da ENASP, e que passaram, até aqui, pelo crivo do Ministério Público do Estado da Bahia.

Anima-nos o percentual de 17% (dezesete) de denúncias oferecidas, porquanto a média nacional de elucidação por crime de homicídio em nosso País aponta para o vergonhoso patamar de 8%, alcançando, pois, o trabalho da ENASP em nosso Estado, mais do que o dobro do índice em âmbito nacional. Praticamente só elucidam no Brasil os crimes de homicídio doloso em que a apuração tem origem na lavratura de auto de prisão em flagrante e os casos de maior repercussão. Nesse particular, inevitáveis são as comparações, como nos EUA, em que a elucidação chega a 65%, na Inglaterra, 90% e na França, 80%.

Todavia, nas condições de trabalho e estrutura oferecidas, contando com a parceria de delegados de Polícia da capital e interior, temos conseguido deflagrar ações penais por crime de homicídio em investigações instauradas acerca de 10 (dez), 15 (quinze) ou mais anos, e, por conseguinte, buscando responsabilizar criminalmente pessoas que, até aqui, viviam na convicção da impunidade, sem imaginar responder por tão grave crime. Temos, portanto, alcançado um dos pilares desse trabalho que é diminuir um pouco a latente sensação de impunidade que grassa em nossa sociedade, além do que passamos a ter controle e informação sobre os inquéritos policiais por crime de homicídio em todo o Estado, possibilitando o monitoramento pelo Ministério Público e a efetiva conclusão das investigações pela polícia judiciária.

Importante, neste momento e oportunidade, trazer a lume, alguns questionamentos feitos em relação ao trabalho executado em torno da META 2 da ENASP,

notadamente por quem, sem conhecimento de causa, ou sem buscar se aprofundar na causa, tece opiniões que buscam desacreditar ou desqualificar o trabalho. Nesse passo, chegaram a perguntar: Por que o homicídio, e não o tráfico, por exemplo? Poderia encerrar a questão com a lúcida resposta dada por Dra. Taís Ferraz, conselheira nacional do Ministério Público, num encontro sobre o tema, realizado no Paraná, dizendo: “Ora, o homicídio é o crime mais grave, o que mais choca a população e o que mais precisa de uma resposta efetiva do Estado.” Poderia, ainda, responder com as palavras ditas por Nelson Hungria – grande penalista e ministro do Supremo Tribunal Federal, in verbis: “o homicídio é o tipo central dos crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É o crime por Excelência... é a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada.”. E, por fim e por ora, poderíamos responder com números, além dos percentuais alhures citados, e que por si sós, denotam a urgente necessidade de concentração de forças na prevenção e combate ao pior dos crimes, vejamos: O Brasil tem 22,7 homicídios para cada 100 mil habitantes, quando a média mundial é de 8,8 para cada 100 mil; temos o maior número absoluto de homicídios no mundo (43.909 em 2010), e pasmem, mais que a Índia, que tem 5(vezes) a nossa população e muito mais miséria.

Questiona-se, também, em torno da execução da META 2 da ENASP, o grande número de pedidos de arquivamentos. Aqui, a não poder mais, sem qualquer propriedade. Primeiro, porque deveriam, antes, comparar com o quantitativo de denúncias oferecidas, em percentual superior a média nacional; segundo, porque os inquéritos policiais não podem permanecer arquivados nas delegacias, muitos como lustros esquecidos em prateleiras frias, e uma vez esgotadas as possibilidades investigatórias sem elucidação do crime, impõe-se o arquivamento perante o Judiciário, sem olvidar da possibilidade de reversão desta medida, acaso surjam novas evidências derredor do crime, e terceiro, porque devemos francamente admitir que, apesar do arquivamento de um inquérito policial não ser o objetivo de nenhuma investigação, é, também, uma das formas de resposta à sociedade. Se não foi possível descobrir a autoria, e em muitos casos, as circunstâncias do crime de homicídio, após a condução responsável da investigação, é melhor e mais sensato que se reconheça essa impossibilidade

do que se mantenham os familiares da vítima e sociedade numa expectativa falsa.

Gratifica-nos, portanto, a realização deste trabalho, porque temos conseguido visualizar resultados práticos que, efetivamente, refletem no seio da sociedade. Daí, manifestações, por vezes dirigidas aos colegas, defendendo com vigor o cumprimento das metas, e, em especial, a META 2, porquanto depende, fundamentalmente, da ação do Ministério Público junto às delegacias de Polícia. Importante frisar que a META 2 não se resume a dados e número estatísticos, mas, também, visa o alcance dos seguintes objetivos:

- Reduzir a latente sensação de impunidade que grassa em nosso meio. Não é fácil, mas quando oferecemos, de forma responsável, uma denúncia com base numa investigação policial retomada, processando por crime de homicídio doloso o seu autor, damos alento, arrimo e consolo para famílias que tinham que conviver com o autor da morte do seu ente querido, as expensas da impunidade. Não podemos ficar anestesiados em nossa capacidade de se indignar, e quando ao nosso alcance, devemos buscar a solução para o pior dos crimes. Até mesmo porque o cenário é de banalização, porquanto, infelizmente, atualmente, quando um crime de homicídio é noticiado pelos meios de comunicação, a população percebe este delito com a mesma ou até menor perplexidade que uma notícia negativa sobre futebol, por exemplo.

- Também, como objetivo, não se pode olvidar que a ação sobre os inquéritos antigos tem o condão de propiciar, para as autoridades policiais, maior concentração de forças nas apurações de eventos presentes, sem distanciar-se das provas, como ocorrem com inquéritos que integram a META 2; mormente porque o acúmulo de inquéritos policiais antigos acaba por retardar as investigações de fatos criminosos mais recentes, gerando sensação de impunidade;

- A META 2 da ENASP propiciou que hoje os Ministérios Públicos de todo o país, passem a ter controle e informação sobre todos os inquéritos por crime de homicídio, o que possibilita ao Promotor de Justiça contínuo acompanhamento das investigações e cobrança às autoridades policiais pela conclusão e remessa dos autos.

- Por fim, dentre os pilares que justificam a META 2 DA ENASP, está o de encontrar gargalos, fazendo um diagnóstico da persecução penal, com

a identificação dos problemas que historicamente dificultam a investigação dos crimes de homicídio.

Nesse passo, concluímos em parceria com o gestor da Polícia Civil em nosso Estado, o intitulado Relatório Circunstanciado e Diagnóstico das dificuldades de Investigação dos crimes de homicídios dolosos, destinado ao Grupo Nacional de Persecução Penal da ENASP, Ministério da Justiça, Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça, Governador do Estado, Procurador Geral de Justiça, Secretário de Segurança Pública e Delegado Geral.

O diagnóstico realizado em cada um dos Estados aponta para a urgente necessidade de estruturação das policiais civis, não sendo diferente no Estado da Bahia, podendo ser destacado das respostas obtidas aos questionamentos que integram o trabalho, a carência de pessoal e viaturas nas delegacias de Polícia, carência de equipamentos e pessoal no âmbito do Departamento de Polícia Técnica, resultando, no âmbito da investigação do crime de homicídio, no atraso na elaboração das perícias e dos laudos pós-prova, comprometendo a qualidade da prova e da instrução do inquérito, além de outros aspectos que estão consignados no estudo realizado.

Em síntese, podemos concluir que o grande número de inquéritos policiais paralisados e que integram a META 2 da ENASP, decorre da histórica falta de investimentos na estrutura policial, e, certamente, trazem a seguinte mensagem para os gestores públicos: juízo! Investimentos e a estruturação das policiais civis transmudam-se numa necessidade social.

Portanto, há muito a ser feito. Mudanças que dependem de investimentos, mas, também, mudanças de cada um dos órgãos encarregados da segurança pública, além da Polícia, Ministério Público e Judiciário, este últimos, respectivamente, na ineficácia do controle externo da atividade policial e da batida e rebatida lentidão da Justiça, mas que são discussões para outro momento.

Identificados os problemas que redundaram no emperramento das investigações policiais por crime de homicídio, o que se espera, a partir de agora, é que haja discussão de propostas e a implementação de mudanças, cabendo a nós, promotores de Justiça, conscientes que podemos ser agentes transformadores dessa realidade, sermos, quando chamados, protagonistas, lutando para combater com eficácia o pior dos crimes.

Homenagem e saudade

A associada da Ampeb, Cleide Leite Barros, fez uma bela homenagem ao seu esposo, o procurador de Justiça Carlos Alberto Barros, falecido há 10 anos. Um artigo intitulado "Homenagem & Saudade", relembrando os feitos do associado e seus momentos juntos, foi publicado neste mês de abril, no jornal "Escorpião", do município de Barra. No texto,

ela comenta ainda a importância da Ampeb e dos trabalhos prestados aos associados e parabeniza a presidente da associação, Norma Cavalcanti, pela postura frente à presidência, além de saudar a todas as mulheres pela passagem do Dia da Mulher, comemorado no mês de março.

É a guerreira que finalmente descansa após longos e longos combates, e agora, ensarilhadas as armas da decência, da resistência aos destízos e do exemplo ímpar, vai colocar no patamar mais alto do seu panteão pessoal as vestes talares, e passar, como cidadã comum, a recolher o que plantou ao longo de quase cinco décadas de exelentes serviços à sociedade e à causa da Justiça.

É sou testemunha disso nos quase cinco anos em que labutamos juntos na Promotoria de Justiça Militar. Dotada de uma inteligência admirável e portadora de inatingível tranquilidade, no seu exemplar equilíbrio, por mais que a situação anunciasse fortes intempéries, mantinha-me com a mente quieta, fazendo-me ver que o desespero, a desesperança e o inconformismo em nada ajudava na solução dos nossos problemas cotidianos.

Se lhe dei alguma experiência na área na qual lidamos juntos, que ninguém duvide que só lhe repassei o que consegui absorver nos mais de 12 anos servindo à Justiça Militar quando ela chegou para assumir a Promotoria que hoje está ocupada pelo não menos respeitado e lutador colega Maurício Cerqueira, constatação que me deixa bastante à vontade para afirmar que em termos de convivência com colegas, pelo menos os que estão bem próximos, sou um ser abençoado. Disseram-me uma vez que esse bênção advém do meu "jeitão", da minha dedicação e do meu

caráter. Deixo, todavia, que me julguem os que me conhecem, e não os que ouvem falar de mim.

Quanto a Jandira, neste momento, se posso lhe dizer algo, dir-lhe-ia que vá em paz, e na certeza de que cumpriu seu dever e fez jus às benesses do cargo que com respeito e orgulho ocupou, viva plenamente a vida, porque como bem disse o poeta cachoeirano Damário Daeruz, "A vida teima em ser curta e menos útil. A vida inventa mil atalhos provocando fugas. A vida... não se engana (não se engane) a vida só vale a vida."

Se hoje está na inatividade profissional, não funcional, espero que esqueça, aliás, jogue no limbo as lembranças das perversas perseguições das quais foi alvo por ter sido um membro da nossa instituição absolutamente independente e ciente do seu valor, de suas prerrogativas, direitos e deveres: que esqueça aqueles que na luta insana pelo poder, não hesitam em prejudicar quem não lhes faz a cabeça. Pelo amor de Deus, esqueça-os porque eles também vão passar, e como vão, já que tudo passa, até nós, e por isso, não merecem um milésimo de nossas preocupações.

Voltando às coisas boas, se de um lado vamos sentir a perda do seu convívio quase que diário e de suas palavras amigas e consoladoras nas horas mais difíceis, seja por problemas pessoais, seja por

Uma Ode a Jandira

problemas institucionais, quero deixar registrado que nossa colega hoje na inatividade deixa para todos nós um exemplo de riqueza moral incomparável.

É que aprendi, ao longo da vida, a valorizar o que pode e deve ser valorizado. Jamais gasto energia com coisas imprestáveis, até porque, como bem disse o ministro Marco Aurélio do STF saudando o mestre Jesaphat Marinho quando de sua morte, "nada ensina e persuade mais que o exemplo, e aqueles que mais vivem, sabem que para se conhecer uma pessoa, basta observar o que faz, não o que diz. Por isso, quando há coincidência absoluta entre as duas ações, a conclusão óbvia é que se está diante de um baluarte de inquestionável caráter e retidão moral", e assim é Jandira.

Que Deus a abençoe e dirija seus passos doravante pelos caminhos da alegria, da saúde e do riso em detrimento do choro. Se chorar algum dia, que seja de alegria, como acredito que agora esteja ocorrendo em razão da sua tão sonhada "carta de alforria". Muito obrigado, amiga, pelo convívio e por ter me dado a oportunidade de conhecer um ser humano na mais alta estirpe.

Seu colega e amigo.
Luiz Augusto de Santana
1º Promotor de Justiça Militar Estadual

Reformas no consultório móvel trazem melhorias aos associados



Circulando por cidades de norte a sul e do Estado, o consultório móvel da Ampeb já levou atendimento odontológico a todas as Promotorias Regionais da Bahia, atendendo às necessidades dos associados com todo conforto, sem que precisem sair dos seus locais de origem.

Para melhorar ainda mais a qualidade dos serviços prestados, a unidade fez algumas modificações em suas instalações. A sala de espera, antes nos fundos do veículo, agora está localizada na frente. Houve a troca das divisórias que separam os espaços no interior do consultório, dos pisos e armários. O carro conta também com novas pias e televisão, além de

estar prevista a pintura do automóvel. A equipe também está diferente, agora é possível contar com a dentista Luana Samanta de Freitas Casella, e as auxiliares Elisângela Santos e Alaíde do Amparo. Tudo isso primando pela excelência e qualidade nos atendimentos.

Procedimentos de prevenção clínica, restaurações, raio-X, periapical, exodontia simples e clareamento à laser são alguns dos diversos procedimentos realizados pelo consultório odontológico móvel. Só em 2011, 468 pacientes foram atendidos e 3.957 procedimentos realizados.

Em 2012 o consultório móvel já esteve em cidades como

Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro, Barreiras, Ibotirama, Seabra, Irecê, Jequié, Vitória da Conquista e Itapetinga. No mês de maio passou pelas cidades de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Valença. Já no mês de junho é a vez de Brumado, Guanambi, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória. Finalizando o semestre, no mês de julho estará em Ilhéus e Itabuna. Em agosto passará por Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim e Jacobina; e no mês de setembro será a vez dos municípios de Euclides da Cunha, Serrinha, Alagoinhas e Camaçari.



Idosos são vacinados em campanha na Ampeb

Abraçando mais uma campanha de vacinação contra a gripe Influenza (H1N1) do Ministério da Saúde e divulgada em todo o país, a Ampeb recebeu, no dia 22 de maio, em sua sede administrativa, em Nazaré, a equipe do 2º Centro de Saúde Ramiro de Azevedo, para vacinar seus associados.

A campanha coordenada pelo Serviço Social teve grande adesão dos aposentados e sócios-contribuintes da instituição e, na ocasião, 146 pessoas acima de 60 anos foram imunizadas.

De acordo com o Ministério da Saúde, a meta é vacinar 80% da população-alvo, correspondente a 24,1 milhões de pessoas no país, reduzindo a mortalidade, as complicações e as internações provocadas por infecções do vírus da gripe.





Melhorias no Sítio São Paulo



Espaço de confraternização e lazer reservado aos associados da Ampeb, o Sítio São Paulo recebeu algumas melhorias este ano. A começar, foram trocadas todas as cadeiras e mesas do bar e restaurante, proporcionando um ambiente mais agradável. A cozinha também foi toda repaginada, recebendo novo jogo de armários e reparos estruturais. O campo de futebol também já foi contemplado com melhorias, ganhando manutenção no gramado.

Com quase 15 mil m², o Sítio São Paulo foi adquirido na gestão do biênio 91/93, tendo à frente o presidente Achilles de Jesus Siquara Filho. Desde então, o espaço oferece aos associados

um local de descontração seguro e confortável, dispendo de piscinas semi-olímpica e infantil, campo de futebol, campo de areia, quadra de tênis, parque infantil, churrasqueira, salão de jogos, sauna e berçário, além de servir de palco para as festas comemorativas da entidade.

Para hospedagem, o Sítio conta com apartamentos equipados com frigobar, TV, ar condicionado, fogão, microondas, sofá-cama, chuveiro quente e cortinas. Dois estacionamentos, com capacidade para 110 veículos, garantem a tranquilidade e segurança dos associados e seus familiares.



CONFIRA OS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

BAIXA ESTAÇÃO

sábados e domingos, das 8h às 17h.

ALTA ESTAÇÃO

de quinta-feira a domingo, das 8h às 17h, e quartas-feiras à noite (futebol).

ENDEREÇO

Estrada do CIA, Km 12, Aeroporto.

DIÁRIAS

Bangalô = R\$ 60,00
e Espaço Gourmet = R\$ 311,00

RESERVAS

pele telefone 71 3377-3509
ou através do email:
daniela.secretaria@ampeb.org.br

Novidades no site



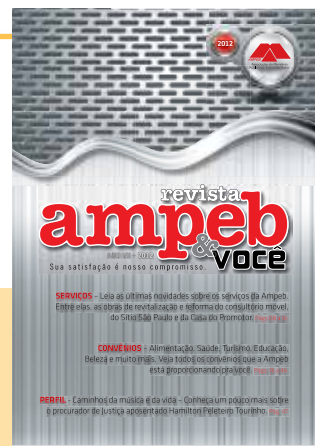
O novo site da Ampeb entrou no ar no final de 2011, mas a instituição vem promovendo constantes melhorias para deixar os associados cada vez mais informados. Uma grande e recente novidade é a WebTV, canal de TV via internet, com acesso restrito aos associados pelo site www.ampeb.org.br, pelo qual são transmitidos vídeos e matérias de interesse da classe. A WebTV fez parte de meta de campanha da atual gestão da Ampeb.

Um outro destaque está na atualização constante de fotos e notícias, com produção de conteúdo exclusivo garantindo um maior acesso à informação. A integração com as redes sociais permite que os associados compartilhem as notícias publicadas. Ou seja, abaixo de cada conteúdo publicado,

há ícones de interação com as redes, como o Orkut, twitter, facebook, entre outras, onde os associados podem compartilhar em seus perfis pessoais assuntos de seu interesse veiculados no site, disseminando a informação para seus demais seguidores. Confira no www.ampeb.org.br

Notas

Revista Ampeb & Você 2012



Já saiu em circulação a nova edição da revista Ampeb & Você. Nela você pode conferir todos os

serviços que a Ampeb disponibiliza para os associados em sua sede social (o Sítio São Paulo), na Casa do Promotor, em sua sede, como os atendimentos em Odontologia, Fisioterapia, Psicologia. Além disso, todo o hall de convênios firmados entre a instituição e diversas empresas visando à melhoria da qualidade de vida dos associados, com descontos em acesso a serviços de saúde, educação, lazer e muito mais. É possível conferir ainda uma matéria especial com o associado Hamilton Peleteiro Tourinho, procurador de Justiça aposentado, que tem a música como hobby. A nova edição também pode ser conferida através do site www.ampeb.org.br.

Mútua

Com o objetivo de distribuir pecúlios por falecimento de seus associados aos beneficiários por estes indicados, a Mútua da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB) é mais um benefício oferecido pela instituição. A Mútua é administrada por uma Comissão de Gerência composta por três membros da Diretoria, sendo eles presidente, vice-presidente e diretor financeiro da entidade. Para saber mais sobre contribuições e o regulamento do benefício, entre em contato através do telefone (71) 3320-2313 ou através do e-mail secretaria@ampeb.org.br.

Coompeb

A Coompeb – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Polícia Civil do Estado da Bahia, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, equiparada às instituições financeiras nacionais por prestar aos seus associados serviços de natureza financeira como empréstimos, aplicações financeiras, conta corrente de depósito à vista, pagamento de boletos compensáveis, cheque especial, entre outros serviços normalmente prestados pelos bancos convencionais. Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, iniciou suas operações no mês de abril de 2002, e hoje sua sede funciona no prédio anexo ao edifício do Ministério Público, em Nazaré. Interessados em conhecer as áreas de atuação e os benefícios da cooperativa podem obter maiores informações através dos telefones (71) 3266-1001/1002 ou do site www.coompeb.com.br.

ERRATA - Nesta edição da revista Ampeb & Você, o depoimento da promotora de Justiça Marta Bonfim refere-se ao serviço de Fisioterapia e não ao de Psicologia, como foi publicado.

Facebook



Se você busca mais interação com a associação, não deixe de conferir e acompanhar a Ampeb no facebook, uma das maiores e mais conhecidas redes sociais da internet. Para conhecer o perfil da instituição é só buscar por "Diretoria da Ampeb" no sistema ou através do link <https://www.facebook.com/diretoria.daampeb>.

Fesmip oferece nova especialização Latu Sensu para o segundo semestre

A Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado da Bahia (Fesmip) é uma instituição sem fins lucrativos, criada para fomentar o ensino e a pesquisa nas áreas de conhecimento do Direito e afins. Neste segundo semestre de 2012 a unidade traz mais uma novidade. Trata-se da Pós-Graduação Latu Sensum "Direito e Ministério Público", prevista para acontecer no mês de agosto. A ideia é oferecer uma oportunidade para os que desejam uma especialização, levando maiores conhecimentos aos interessados.

Outras duas especializações também estão sendo esperadas, sendo elas "Direito Penal Especial" e "Direito Constitucional",

porém, para estas ainda não há uma data prevista. Além das especializações, para o segundo semestre, estão previstos ainda os cursos de "Direito Ambiental com atualizações sobre o novo Código Florestal" e "Direito Previdenciário", ambos para acontecerem no mês de julho. Já o "Curso de Espanhol Específico para estudantes e profissionais do Direito", até o fechamento desta edição, continuam com inscrições abertas até a formação das turmas.

Fundada em 1992 por procuradores e promotores de Justiça, a Fesmip goza de mais de 20 anos de lisura e reconhecimento no campo educacional, adaptando seus cursos à realidade do

cotidiano e, sobretudo, às necessidades da atuação no Ministério Público. A fundação está pautada em valores que acreditam que a Ciência Jurídica, quando bem operada, pode ajudar na construção de uma sociedade mais justa, ética e igualitária.

Para maiores informações sobre cursos, prazos para matrículas e início das aulas os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3321-1724 ou através do e-mail academico@fesmp.com.br. A Fesmip fica localizada na Rua Arquimedes Gonçalves, 142, Jardim Baiano - Nazaré.

Desabafo de um aposentado



Arnaldo Augusto Goulart Novis
Associado, procurador de Justiça aposentado e ex-presidente da Ampeb.

Solidariedade, coragem e, sobretudo, interesse pela causa é o que nos tem faltado.

Solidariedade — que sentimento magnífico é esse, que força formidável carrega a união que ela sugere, a ponto de, como se viu acontecer em um passado recente, ser capaz de derrotar o poderoso império soviético, libertando a combalida Polônia de um regime cruel de verdadeira escravidão, que parecia não mais ter fim, que lhe impunha, à época, aquela que era, inquestionavelmente, a segunda potência militar do globo.

O Sindicato que atendia por esse nome mágico nasceu em meio aos justos anseios de um povo determinado, que até as próprias vidas sacrificaria, se necessário fosse, para a consecução dos seus sadios propósitos.

A solidariedade, que o patriótico movimento buscava, não foi conseguida através de uma ajuda bélica insuperável. Tão somente o apoio moral de nações livres e democráticas foi suficiente para a vitória que os seus valentes membros obtiveram contra o regime comunista que, apoiado pelos soviéticos, tudo lhes negava.

No caso dos aposentados do Ministério Público do Estado da Bahia, sobretudo os mais antigos, quem nos nega as nossas mais justas aspirações — ter tratamento igualitário aos “colegas” da ativa — é um tal de FUNPREV, órgão que se equipara ao leão do Imposto de Renda, quando na sua função arrecadadora, desfalca-nos os proventos, mas que sempre se confessa falido, quando se trata de pagar qualquer vantagem além dos subsídios a que por Lei está obrigado.

A solidariedade, no caso, nos fortaleceria no embate e nos confortaria no insucesso, caiu no mais profundo esquecimento de quantos tinham o dever de manifestá-la.

Sempre entendemos que defender com afinco pontos de vista, quando a defesa coincide com o

interesse pessoal de quem os sustenta, não é lá uma posição das mais confortáveis e simpáticas. Mas, considerando a sistemática perseguição que nos move o já aludido órgão previdenciário do Estado, tudo nos negando, resolvemos então, com indignação a que a angustiante situação nos conduz e em nome, não o nosso, pessoal apenas, mas de uma apreciável parcela da classe aposentada do MP do Estado da Bahia, tecer, como verdadeiro desabafo estas considerações que, achamos necessárias sejam levadas ao conhecimento de quantos se interessam e de qualquer forma participam do nosso calvário, até mesmo aos que não nos emprestam sua solidariedade, como seria de se esperar.

Paradoxalmente, lembramos com nostalgia, o tempo em que a chefia do nosso Ministério Público podia ser exercida por pessoas alheias aos seus quadros, dotadas sempre de notável saber jurídico e ilibada reputação, que sem se envolverem na política interna do órgão e isentos de interesse eleitoral que hoje preside a escolha do Procurador Geral, dispensavam igual tratamento a membros ativos e inativos.

Ilustrando as nossas decepções, falaremos agora do episódio mais marcante de quantos envolvem a atuação do FUNPREV. Depois de uma série de diligências, todas elas girando em torno de buscar-se uma fórmula que permitisse ao mencionado órgão poder pagar aos aposentados a chamada ATS (Adicional por Tempo de Serviço), eis que na véspera da data em que se efetuaria o pagamento da primeira parcela do acerto estipulado entre as chefias das partes envolvidas, o FUNPREV, quebrando o compromisso assumido

entre os negociadores de ambos os lados, negou o acolhimento da folha de pagamento, sob a alegação de que não tínhamos direito à percepção de tal vantagem.

Não mais se referiu às dificuldades resultantes de um caixa desprovido de numerário suficiente. Simplesmente recusou-se a efetuar o pagamento, mesmo parcelado, como se combinara na véspera, tudo em razão de um parecer da Procuradoria do Estado, adredemente encomendado, já se vê, que, obviamente, foi de pronto acolhido pela direção do FUNPREV.

... lembramos com nostalgia, o tempo em que a chefia do nosso Ministério Público podia ser exercida por pessoas alheias aos seus quadros, dotadas sempre de notável saber jurídico e ilibada reputação ...

Arvorou-se desta maneira a julgador de uma determinação que só à chefia do Ministério Público caberia adotar.

A partir desse entendimento, que não passou de uma farsa maliciosamente engendrada, que atitude tomou a chefia

do nosso Ministério Público? — Não reagiu, como deveria fazer, ainda mais que diante da decisão do FUNPREV negando-nos o direito à vantagem paga aos membros da instituição em atividade, ficou parecendo que tudo não passou de uma tentativa grotesca de lesar os cofres do FUNPREV.

Uma reação incontinenti se impunha, para que tal hipótese não fosse sequer cogitada. Se não tínhamos “direito” como entendeu o FUNPREV, a folha recusada não passaria de uma tentativa malograda de fazer valer uma ilegalidade.

Faltou à chefia do nosso Ministério Público coragem para defender a determinação que dele emanara, sobretudo que lastreada ela se encontrava no texto constitucional, que até a presente data assegura aos inativos o direito a percepção de quaisquer vantagens cumuladas aos

ativos do MP excetuadas, é evidente, as de cunho pessoal, o que não é o caso. Continuamos ligados à instituição a que na atividade pertencíamos.

É inconseqüente a conclusão do parecer encomendado à Procuradoria do Estado, segundo a qual o aposentado está automaticamente desligado da instituição a que na atividade prestou seus serviços, passando os seus direitos a serem regidos pela lei da previdência.

Tal descabível conclusão que feriu mortalmente as garantias dadas pela Constituição deveria, a qualquer custo, ser denodadamente repelida.

E não o foi. Vai daí que consideramos a inexistência de coragem e conseqüente enfrentamento como causa maior das agruras que ora atravessamos.

Decorreu desta ausência, fruto da insensibilidade com os problemas da numerosa classe, a necessidade de demandar por um direito que sempre foi líquido e certo, reconhecido, inclusive, pela esmagadora maioria dos

Estados da União, que vêm pagando ou achando fórmulas para saldar esta dívida resultante do ATS.

No afã de remediar, em parte, a falta cometida com a não combatividade, descobriu o mais alto escalão do nosso Ministério Público, que alguns dos aposentados, por terem mais recentemente adquirido esta condição, teriam direito à percepção integral do ATS, bem assim de outras vantagens que surgiram posteriormente, todas originadas de ações interpostas pela AMPEB – Associação do Ministério Público do Estado da Bahia, das quais igualmente participamos todos nós, os aposentados, ora prejudicados.

Dentro do mesmo raciocínio, esse mesmo privilégio veio a alcançar uma parcela bastante expressiva de outros inativos que teriam se afastado das atividades em um período não tão distante da obtenção do direito.

Estavam, desta maneira, criadas três categorias de aposentados: os que têm direito integral a quaisquer vantagens, os que não fazendo jus cabalmente a essas mesmas vantagens, recebem, pelo menos, boa parte delas e finalmente, os que em razão de lhes ter negado o FUNPREV todo e qualquer direito, nada têm a

receber, mesmo tendo participado das mesmas ações judiciais que culminaram por premiar os ativos, os inativos classe A, os inativos classe B e castigar, impiedosamente, os da classe C, em que obviamente nos inserimos, por sermos dos mais antigos, justamente os que teriam direito, incontestemente, a um maior percentual de adicionais a receber.

Estivessem os integrantes desta última classe em Jerusalém, por certo seriam encontrados diante do Muro das Lamentações, expiando pecados que não cometeram, mas que o castigo caiu-lhes às costas.

“Pensem numa situação absurda, na Bahia já há precedente”, dizia com a argúcia de que

era dotado o saudoso e sempre lembrado Governador Octávio Mangabeira.

Essa fórmula mágica além de se constituir num absurdo, pois cria uma cisão inquietante no seio da classe dos aposentados, patrocinando, onde jamais se imaginara, uma nova modalidade

de discriminação, caiu como uma luva, ajustando-se integralmente aos poucos sadios propósitos do FUNPREV. Livrou-se o mesmo de parte de seus deveres de saldar as suas obrigações, ao tempo em que ficou mais fácil para ele negar quaisquer vantagens aos velhos aposentados, maioria deles com dificuldade de se locomover até a sede da AMPEB, a fim de saberem o andamento dos processos de seu interesse. Ficaram os mesmos abandonados à própria sorte até mesmo pelos membros da instituição que vêm percebendo integralmente todas as vantagens.

Inexistisse a nossa associação de classe, ninguém se lembraria de, solidariamente, trazer-nos uma palavra sequer de conforto.

Tamanho descaso resultou, como fatalmente era de se prever, num encorajamento ao FUNPREV, que retemperado nas suas maquinações recusou, mais recentemente, pagar-nos os atrasados referentes ao último reajuste dos subsídios, pagos aos ativos da data em que o Supremo Tribunal Federal passou a percebê-lo, e não adotado o mesmo critério para os aposentados “classe C” do nosso Ministério Público para os quais o malsinado órgão previdenciário considerou como data base

o dia em que o Governador do Estado sancionou a lei do citado reajuste. Vale dizer, para o FUNPREV inexistia atrasados a nos serem pagos.

Dois pesos duas medidas, tudo decorrente da já mencionada falta de combatividade dos órgãos superiores da nossa Instituição, aí incluídos o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores. Estão deixando ao inteiro abandono os aposentados mais antigos, para os quais nenhum direito vem sendo reconhecido pelo FUNPREV, órgão que tem feito prevalecer o esdrúxulo parecer da Procuradoria Geral do Estado, segundo o qual inexistente ligação dos aposentados com o Ministério Público a que na atividade pertenceram.

Nenhum clamor se fez ouvir além daquele com que costumeiramente reage, com energia, a nossa tábua de salvação – a AMPEB.

Os aposentados da Magistratura, que até então, padeciam dos mesmos males, ou seja, também não recebiam quaisquer vantagens, conseguiram recentemente, que o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, corrigindo esta descabível distorção ordenasse fosse feito aos mesmos o pagamento da PAE (Parcela Autônoma de Equivalência), diretamente da verba do próprio judiciário. Nada mais acertado.

Com esse procedimento, renasceram nossas esperanças, até porque no particular, os chefes da nossa Instituição sempre moldaram suas atitudes pelas deliberações do Tribunal de Justiça, órgão a que o Ministério Público, por força da isonomia, há muitos anos consagrada, está definitivamente atrelado.

Encontrando um meio de pagar-nos através das verbas orçamentárias do nosso Ministério Público, mediante folha autônoma, de que não participe o FUNPREV estará o Dr. Procurador Geral da Justiça resgatando a sua imagem de administrador eficiente, zeloso inclusive com os interesses dos até hoje esquecidos aposentados, acabando, vez por todas, com a condição de verdadeiros parias em que se encontram os mesmos.

Esperamos, confiantes, que o pagamento da já referida PAE, nos moldes adotados pela Magistratura, venha a se efetivar, pois “não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe”.

“Pensem numa situação absurda, na Bahia já há precedente”, dizia com a argúcia de que era dotado o saudoso e sempre lembrado Governador Octávio Mangabeira.



QUEM SOMOS?

Fruto de um anseio em comum, a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado da Bahia – FESMIP/BA é uma entidade sem fins lucrativos, fundada por promotores e procuradores de Justiça no ano de 1992, em Salvador. É voltada para o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público, instituição defensora do estado democrático de Direito.

NOSSA MISSÃO

Fomentar o ensino e a pesquisa nas áreas de conhecimento do Direito e afins, para o contínuo aperfeiçoamento e atualização de agentes públicos do Ministério Público do Estado da Bahia, da comunidade jurídica e de profissionais de outras áreas de interesse ministerial.

ATIVIDADES

Durante os seus 20 anos de existência, a fundação promoveu cursos de especialização (pós-graduação Lato Sensu), capacitação, extensão e eventos voltados para o aperfeiçoamento da comunidade jurídica baiana, além de concursos públicos para ingresso nas carreiras de promotor de Justiça e de servidor público do Ministério Público, sempre marcados pela transparência e lisura no certame e competência dos aprovados. Em 2012, a FESMIP está preparando grandes novidades. A previsão é oferecer pós-graduações Lato Sensu nas áreas de “Direito com Ênfase na Carreira do Ministério Público”, “Direito Penal Especial” e “Direito Constitucional”, além do curso livre de “Espanhol Jurídico” para estudantes e profissionais que pretendem estudar em países de língua espanhola.

ESTRUTURA DIRETIVA

A estrutura diretiva da fundação, da qual faz parte os Conselhos Deliberativo, Executivo e Fiscal, é toda composta por promotores e procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

PARA O BIÊNIO 2011-2013, INTEGRAM SEU CONSELHO EXECUTIVO:

Solon Dias da Rocha Filho – Diretor • **Carlos Augusto Serra de Faria** – Vice-Diretor
Gilberto Costa Amorim Júnior – Coordenador de Cursos

A FESMIP mantém a ideologia de acreditar que a Ciência Jurídica, quando bem operada, pode ajudar na construção de uma sociedade mais justa, ética e igualitária. E é com esta visão que a FESMIP se coloca à disposição de seus parceiros e alunos para, juntos, desenvolver e implementar projetos com o que sabe fazer melhor: produzir e transmitir conhecimento.